



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



MENSAGEM DA PRESIDENTE



Em um ano de grandes mudanças, as expectativas tendem a ser maiores também, e foi assim que iniciamos 2023. As mudanças ocorreram e fomos nos adaptando e superando os desafios sempre acreditando no poder transformador da cooperação, dando um salto qualitativo e quantitativo quando chegamos a marca de 39 mil cooperados.

Ampliamos a oferta de serviços melhorando os processos para maior fluidez e celeridade no atendimento aos nossos cooperados, o que possibilitou o avanço e crescimento da nossa cooperativa. Ambicionamos potencializar o desenvolvimento socioeconômico nas comunidades onde atuamos e ser referência no impacto social positivo, levando o cooperativismo e seus princípios.

Seguimos com o nosso negócio conectado com a nossa essência e inauguramos mais 6 agências, proporcionando experiências significativas a todos os envolvidos. Para isso, investimos massivamente em pessoas, tecnologia, melhoria de processos e inovação, o que resultou em um novo modelo de negócios para atender às necessidades dos nossos associados.

O cooperativismo de crédito é transformador e é assim que, de forma planejada, monitorada e sistemática, que promovemos o desenvolvimento econômico e social com um time pronto para realizar os sonhos de nossos cooperados.

Aprendemos muito na caminhada de 2023 e continuamos focados em ampliar a participação no mercado financeiro, fornecendo produtos e serviços que potencializem mais negócios, crescimento, expansão e oportunidades para os nossos associados. Seguimos em frente indo além, sempre, para continuar impulsionando o desenvolvimento das nossas comunidades e, com isso, transformar cada vez mais vidas, promovendo mais prosperidade.

Agradeço a Deus, agradeço ao nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal, diretoria, colaboradores e um agradecimento especial aos nossos cooperados que fazem a diferença e transformam vidas.

Aifa Naomi Uehara de Paula
Presidente





GOVERNANÇA CORPORATIVA



ASSEMBLEIAS

A Assembleia representa o núcleo decisório, onde os membros participam ativamente na definição de questões fundamentais, como eleições, aprovação de contas e estratégias.

Essa instância democrática promove o engajamento dos membros, reforça a responsabilidade compartilhada e garante que as diretrizes cooperativas estejam alinhadas aos interesses da comunidade.

De forma resumida, no cooperativismo, as assembleias são um importante momento quando se trata de empoderamento dos cooperados.



DELEGADOS

Os delegados são cooperados eleitos entre o quadro social das agências com a função de representá-los nas Assembleias Gerais ou em qualquer reunião com viés estratégico da cooperativa.

Eles desempenham um papel crucial ao serem os defensores dos interesses dos membros nas assembleias e na comunicação com a administração. Esses representantes facilitam a transmissão eficiente de informações entre a base e a liderança, garantindo que as decisões tomadas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas da comunidade cooperativa.

Ao atuar como intermediários, os delegados promovem a participação ativa dos membros, fortalecendo a governança cooperativa e contribuindo para a transparência e eficácia do processo decisório.





CONHEÇA OS DELEGADOS DE NÚCLEOS:

PA 03	TRIBUNAL DE JUSTIÇA Ewerton da Silva Deluqui	PA 10	UFMT Clóvis Rezendes Matos	PA 19	COSTA RICA Daniel Rodrigo Stuque
PA 04	SHOPPING POPULAR Sara Ferreira de Oliveira	PA 11	VIA PARK Ivan Geraldo Tresman	PA 20	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO Tarcisio Menusi
PA 05	FEDERAL Zanelho Teixeira Spindola	PA 12	ARAPUTANGA Gercino Ferreira Almandes	PA 21	PALMEIRAS Márcia Jesus dos Santos
PA 06	IFMT Adriano Breunig	PA 15	SIDROLÂNDIA Oguinei Marques Gomes	PA 97 DIGITAL Fidelis Cândido Filho Frederico Azevedo e Silva Priscila de Sousa Alencar Schirlene Ballieiro Siza Wender Moreira Silveira	
PA 08	CAMPO NOVO DO PARECIS Daryl Von Groll Leandro Gunthen da Silva	PA 16	CHAPADÃO DO SUL Meri Teresinha Flores Maia		
PA 09	NOVA MUTUM Leonides Angelina Baldiserra	PA 17	MAMOEIROS Jonathan Bezerra Bockner		





CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Aifa Naomi Uehara de Paula
PRESIDENTE



Alexandre Bustamante dos Santos
VICE-PRESIDENTE



Luiz Carlos Ferreira Coelho
VICE-PRESIDENTE



Antônio Carlos Vilanova



Claudence Dejany Farias de Costa



Daniel Braga Caneppele



Humberto Luiz Kohl



Luiz Antônio Moreira Martines



Wermison Ferreira César



Marta Maria Alves Fraga



Wagner Ribeiro Machado



CONSELHO FISCAL



Luiz Paulo Silva de Almeida



Pedro Herculino Sobrinho



Antonio Silva Oliveira



Augusto Cezar D'Arruda



DIRETORIA EXECUTIVA



José Augusto Manzano Indalécio
DIRETOR EXECUTIVO



Mônica E. Faria de Carvalho Almeida
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Clademir Salmória
DIRETOR COMERCIAL





+++++

PACTO SISTÊMICO E NOVA VISÃO ESTRATÉGICA

O Sicoob União MT/MS, juntamente com outras cooperativas singulares, centrais e do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), ajudou a consolidar, por meio do Pacto Sistêmico de Estratégia, o compromisso coletivo de direcionar os rumos do Sicoob no cenário do cooperativismo financeiro nos próximos anos. Definido durante a 5ª edição do Pense Sicoob, realizado nos dias 5 e 6 de outubro de 2023, em Brasília (DF), o pacto define a trajetória para os próximos três anos.



A presidente do Sicoob União MT/MS, Aifa Naomi, conta que foram definidas nas discussões 48 intenções distribuídas pelas seis maiores dimensões sistêmicas. “Aprovamos todas essas intenções e também a nova visão do Sicoob, que é ‘Oferecer a melhor experiência financeira aos nossos associados. A diretoria do Sicoob em Brasília irá, então, desdobrá-las em ações e essas ações vão ser transformadas em projetos para que possamos fazer essas entregas no próximo triênio e melhorar a performance, a produtividade, a segurança das cooperativas”, explica.



+++++

+++++

7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

- 1 Adesão livre e voluntária;
- 2 Gestão democrática;
- 3 Participação econômica;
- 4 Autonomia e independência;
- 5 Educação, formação e informação;
- 6 Intercooperação;
- 7 Interesse pela comunidade.

+++++



SICOOB UNIÃO MT/MS CONSOLIDA PLANO DE EXPANSÃO

O Sicoob União MT/MS consolidou a meta de expansão projetada para o triênio 2021/2023 nas áreas de atuação. Além de iniciar operações nas cidades planejadas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a cooperativa cimentou as bases para um novo plano que se estenderá pelos anos de 2024 a 2026.

O diretor executivo do Sicoob União MT/MS, José Augusto Manzano Indalécio, lembra que escritórios de negócios de Mato Grosso do Sul em Alcinoópolis, Paraíso das Águas, Cassilândia, Paranaíba e Inocência, que tiveram uma atuação importante em 2023, se transformarão em agências no ano de 2024. Em Mato Grosso esse trabalho de expansão se consolidou com a inauguração de Jauru, em fevereiro de 2024.



Novo escritório de negócios em Inocência (MS).



COOPERATIVA REALIZA JANTARES DOS SÓCIOS-FUNDADORES



O Sicoob União MT/MS iniciou em 2023 os jantares dos sócios-fundadores com o objetivo de prestigiar os cooperados que acreditaram na força da cooperação em seus municípios. A primeira edição foi realizada no dia 26 de setembro, em Figueirão (MS), e os seguintes em Rio Branco (MT) e Costa Rica (MS).

Nos jantares, o diretor comercial do Sicoob União MT/MS, Clademir Salmória, faz uma breve apresentação dos grandes números do Sicoob. Em seguida são entregues troféus aos sócios-fundadores e brindes para os cooperados que fizeram aportes em conta capital.



NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO MT/MS

MATO GROSSO



Figueirópolis D'Oeste



São José do Rio Claro



Nova Mutum

MATO GROSSO DO SUL



Figueirão



Costa Rica



Rio Branco





COMPROMISSOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Sicoob União MT/MS, como parte do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), desempenha um papel fundamental nas comunidades onde atua, desdobrando-se em diversas ações que refletem seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida de seus membros e das comunidades locais.

Essa contribuição pode ser expressa em uma série de atividades alinhadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Dessa forma, o papel do Sicoob União MT/MS transcende o simples fornecimento de serviços financeiros, refletindo um compromisso profundo com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades onde atua.

Ao alinhar suas atividades aos ODS, a cooperativa contribui para a construção de um futuro mais inclusivo, justo e sustentável.





ESG

A sigla ESG refere-se aos critérios ambientais, sociais e de governança que as empresas e organizações consideram em suas operações e práticas de gestão.

Esses critérios são utilizados para avaliar o impacto de uma empresa no meio ambiente, seu relacionamento com as partes interessadas, a qualidade de sua governança corporativa e seu desempenho social.

A importância do ESG na sociedade reside na crescente conscientização sobre as questões ambientais e sociais, bem como na necessidade de uma governança corporativa sólida.



AMBIENTAL

Este critério avalia como uma empresa gerencia seus impactos ambientais. Isso inclui preocupações com mudanças climáticas, eficiência energética, gestão de resíduos, conservação de recursos naturais e outros aspectos relacionados ao meio ambiente.

Práticas de negócios: Cooperativas podem adotar práticas que reduzam seu impacto ambiental, promovendo a eficiência energética, a gestão responsável de resíduos e a utilização de recursos sustentáveis em suas operações.



SOCIAL

Diz respeito às práticas sociais e impactos das atividades de uma empresa. Isso abrange questões como direitos humanos, condições de trabalho, diversidade e inclusão, responsabilidade social corporativa, saúde e segurança dos funcionários, entre outros.

Práticas de negócios: As cooperativas podem contribuir para o bem-estar social das comunidades em que estão inseridas apoiando causas locais, promovendo a diversidade e inclusão, e garantindo condições de trabalho justas e seguras para seus membros.



GOVERNANÇA

Refere-se às práticas de governança corporativa de uma empresa. Isso inclui a estrutura de liderança, transparência, ética nos negócios, gestão de riscos, conformidade regulatória e responsabilidade perante acionistas e outras partes interessadas.

Práticas de negócios: Fortalecer a governança interna, promover a transparência e adotar práticas éticas contribuem para uma gestão eficaz e responsável. Isso pode incluir a participação democrática dos membros na tomada de decisões e a prestação de contas efetiva.





SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Instituto Sicoob, por meio do Programa de Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável, fez a entrega de R\$ 120 mil para o custeio, em 2023, de ações e atividades do projeto “Quem Planta Colhe”, da Associação Católica Sagrada Família (ASFA), de Campo Grande (MS). O evento foi realizado em intercooperação entre Sicoob União MT/MS e Sicoob Ipê. O recurso foi repassado ao Fundo Estadual do Idoso, por meio do Sicoob Central Rondon, Sicoob União MT/MS e Sicoob Ipê.

Durante a solenidade também aconteceu a apresentação do projeto “Som e Vida”, apoiado financeiramente pelas cooperativas.



PARCERIA PARA PARQUE FOTOVOLTAICO É FIRMADA

As obras do novo Parque Tecnológico de Geração de Energia Sustentável de Cuiabá estão em andamento. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Sicoob União MT/MS e Associação do Shopping Popular.

A linha de crédito concedida pela cooperativa ao centro comercial, no valor de R\$ 17 milhões, se deu devido a uma permuta com a Prefeitura de Cuiabá em troca da cessão definitiva do terreno que hoje abriga os lojistas.




Geração de energia	5,2 milhões kWh/ano
Geração de emprego e renda	+ de 200 famílias beneficiadas no local
Economia aos cofres públicos	Cerca de R\$ 300 milhões nos próximos 22 anos
Redução da emissão de gás carbônico	427,47 toneladas de CO2 evitadas, equivalente à captura realizada por 62.694 árvores.



ENERGIA SUSTENTÁVEL

A energia fotovoltaica é uma forma de gerar eletricidade usando a luz do sol. Composto por placas solares, o sistema captura a luz do sol e a transforma em eletricidade, que pode ser usada para alimentar residências, empresas e outras instalações. Uma das grandes vantagens é a sua sustentabilidade e a redução das contas de energia.

 **142**
CONTRATOS FIRMADOS
pelo Sicoob União MT/MS

 **+ R\$ 20,9mi**
em créditos para financiamento de energia fotovoltaica





RESPONSABILIDADE SOCIAL



PROGRAMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Programa Educação Financeira tem como objetivo contribuir para o despertar da importância da inclusão e da educação financeira dos cidadãos.

Além da criação de um modelo mental e de mudança de postura perante os aspectos comportamentais que resultem em atitudes adequadas de planejamento, empoderamento e consumo sustentável.



393 MIL

Pessoas alcançadas e impactadas em 2023 com as ações de Educação Financeira, Cooperativista e Empreendedora.

206,5 MIL



186,5 MIL



SEMANA DO COOPERATIVISMO

Em 2023, o Sicoob União MT/MS, com a atuação dos colaboradores voluntários, fortaleceu ações educativas e filantrópicas voltadas ao 5º princípio do cooperativismo – Educação, Formação e Informação – e ao 7º princípio do cooperativismo – Interesse pela Comunidade – e relacionadas à difusão do cooperativismo e às atividades filantrópicas voluntárias na Semana do Cooperativismo.

Entre as iniciativas estão palestras, workshops, atividades de intercooperação e filantropia voltadas às comunidades em que a instituição financeira está presente.

Ações presenciais nos municípios

Mato Grosso

Araputanga, Campo Novo do Parecis, Cuiabá, Indivaí, Nova Mutum e Salto do Céu.

Mato Grosso do Sul

Chapadão do Sul, Figueirão, Inocência, Paraíso das Águas e Paranaíba.

Palestras sobre “Educação Cooperativista” e apresentação da “Coleção Financinhas”, desenvolvida pelo Instituto Sicoob com foco nas crianças de 6 a 10 anos



Em Costa Rica (MS), uma ação filantrópica reuniu cooperativas de vários ramos do cooperativismo. Foram arrecadados produtos de limpeza (317 itens) para a APAE e as crianças ganharam um dia de entretenimento. A iniciativa envolveu tanto cooperados como colaboradores do Sicoob União MT/MS.





NÚMEROS SUSTENTÁVEIS SEMANA DO COOPERATIVISMO



37

ações realizadas em cidade de MT e MS (26 de junho a 2 de julho/2023)



29

iniciativas presenciais



+ de 5 Mil

pessoas impactadas de forma presencial



+ de 315 mil

pessoas impactadas via rádio e internet



74h

horas de voluntariado



16

voluntários



ENEF 2023

Em 2023, o Sicoob União MT/MS atuou fortemente durante a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), que é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e acontece anualmente desde 2014.

Ele tem a finalidade de promover ações de educação financeira no país. Ações que renderam reconhecimento ao Sicoob União MT/MS, conquistando o primeiro lugar entre as maiores cooperativas do país como Destaque Nacional da Semana Enef 2023.



NÚMEROS SUSTENTÁVEIS ENEF 2023



54

ações de contação de histórias

Coleção Financinhas - "Miguel, Aninha e Dedê ganharam um dinheirinho"



122

horas de voluntariado



21

voluntários



+ de 6,9 mil

pessoas impactadas nas redes sociais



+ de 5,6 mil

crianças beneficiadas





DIA C

COOPERATIVAS DE DIFERENTES RAMOS SE UNEM EM CUIABÁ



Em uma união entre o Sicoob e cooperativas de outros ramos do cooperativismo, bem como com Sistema OCB/MT e Sescop/MT, foi realizado no dia 26 de novembro de 2023 o Dia C, no Sesc Balneário, em Cuiabá (MT).

Na oportunidade foram oferecidos à população do bairro São João Del Rei e entorno diversos serviços nas mais diferentes áreas.

No caso do Sicoob União MT/MS, foi uma oportunidade para levar orientação financeira e apresentar produtos e serviços, bem como as vantagens de fazer parte de um sistema cooperativo.



Sempre fizemos o Dia C, mas de uma maneira muito isolada. E desta vez conseguimos, junto com outras cooperativas de crédito e de outros ramos, mostrar que é possível intercooperar, que é um passo para mim muito importante

Aifa Naomi - Presidente



É uma conquista de fato reunir todas as cooperativas, independente do ramo ou do sistema, todas juntas para realizar esse momento trazendo a essência do cooperativismo, exercitando não só o interesse pela comunidade, mas também a intercooperação.

Leonardo Bernardes - Coordenador de Governança e Investimento Social



AÇÕES DO DIA C IMPACTAM MILHARES DE PESSOAS EM MT E MS



O interesse pela comunidade é um dos princípios do cooperativismo e todos os anos diversas instituições do país participam do Dia de Cooperar (Dia C).

Em 2023, o Sicoob União MT/MS promoveu ações de responsabilidade social durante o mês de outubro, contemplando cidades do interior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



20 mil

peças beneficiadas em todas as faixas etárias



80

colaboradores voluntários





CIDADES CONTEMPLADAS COM AÇÕES DO DIA C:

Mato Grosso	Campo Novo do Parecis, Nova Mutum, Araputanga, Santa Rita do Trivelato, Salto do Céu, São José do Rio Claro, Rio Branco, Figueirópolis D'Oeste, Jauru e Indivaí.
Mato Grosso do Sul	Campo Grande, Sidrolândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Paranaíba, Figueirão, Alcinópolis, Cassilândia, Paraíso das Águas e Inocência.



COMPROMISSO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO

Em 2023, o Sicoob União MT/MS intensificou seu engajamento comunitário, investindo em patrocínios e doações em áreas como esporte, saúde e educação. Essas iniciativas, que incluem o apoio a instituições sociais e o incentivo ao voluntariado, reiteram o compromisso da Cooperativa com o desenvolvimento social e econômico das regiões em que atua.

Através dessas ações, o Sicoob União MT/MS não apenas cumpre com os princípios cooperativistas de interesse pela comunidade, mas também promove uma cultura de solidariedade e inclusão, posicionando-se como um pilar essencial para o progresso e bem-estar social.



FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL

Em 2023, o Sicoob União MT/MS destinou recursos ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), que foi direcionado a iniciativas sociais e culturais.

Com o recurso, deliberado e aprovado em assembleia, foi possível a destinação para diferentes áreas de atuação da Cooperativa. O Fates é composto por uma porcentagem das sobras líquidas nos termos da legislação, resultados de atos não cooperativos, doações de qualquer espécie inclusive feitas pelos associados.



Grupo Flor Ribeirinha, da comunidade São Gonçalves Beira Rio, em Cuiabá (MT).



Projeto Som & Vida, uma iniciativa social que promove o acesso à educação musical e de dança para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em Campo Grande (MS).





PROJETO EDUCACIONAL EM ARAPUTANGA RECEBE APOIO

A Escola Municipal José Evaristo Costa, localizada no município de Araputanga/MT, por meio do projeto “Estante Mágica”, que apresenta obras produzidas pelos alunos e professores da instituição, realizou uma noite de autógrafos no mês de novembro.

A iniciativa contou com a parceria do Sicoob União MT/MS, considerada carinhosamente como “Padrinho Mágico”. A Cooperativa também levou informações à comunidade sobre educação financeira durante o evento.



VOLUNTÁRIOS TRANSFORMADORES COLABORADORES SÃO PREMIADOS

Cinco colaboradores do Sicoob União MT/MS foram premiados no Programa Voluntário Transformador 2023, recebendo valores que vão de R\$ 200 e R\$ 1.000. Os participantes contemplados são exemplos de pessoas que fizeram a ponte da comunidade, exercendo o 5º e 7º princípios do cooperativismo – Educação, Formação e Informação e Interesse pela Comunidade - em cada agência, conectando pessoas e aumentando o impacto das iniciativas.

Conheça os contemplados:

Meio Ciclo

1º abril a 31 de julho

- Flávio Galdino (UAD)
- Amilton Montani (PA 12)
- Ademirtes de Mel (PA 04)
- Milene Ferreira (PA 08)

Ciclo Anual

1º de abril a 30 de novembro

Keli Juliana Silva da Cunha

Agência com maior número de pessoas alcançadas e impactadas:



Araputanga-MT
5,8 mil pessoas

Programa Voluntário Transformador foi desenvolvido pelo Instituto Sicoob com o intuito de fazer a gestão do voluntariado.

As ações são coordenadas em um ciclo formado por diferentes etapas, sensibilização, adesão, formação e engajamento. Podem fazer parte da iniciativa colaboradores e dirigentes do Sicoob.





G GOVERNANÇA

NOVOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL SÃO EMPOSSADOS

Os novos membros eleitos para o Conselho Fiscal foram empossados em solenidade realizada no dia 13 de julho.

Os conselheiros fiscais têm um papel fundamental para o desenvolvimento e crescimento da cooperativa, fiscalizando e acompanhando o trabalho da gestão, visando a garantia do cumprimento dos deveres legais, políticas internas e estatuto social.



CONSELHEIROS FISCAIS ELEITOS:

- **Augusto Cezar D' Arruda** - Conselheiro Fiscal Efetivo
- **Antônio Silva Oliveira** - Conselheiro Fiscal Efetivo
- **Pedro Herculino Sobrinho** - Conselheiro Fiscal Efetivo
- **Luiz Paulo Silva de Almeida Lino** - Conselheiro Fiscal Suplente



ESPAÇO DE COWORKING É INAUGURADO

O Sicoob União MT/MS inaugurou no dia 3 de maio um espaço de coworking dentro da Usina Coprodia, em Campo Novo do Parecis (MT).

A sala, que funciona em regime colaborativo, visa atender com conforto e modernidade os 1.800 funcionários da empresa. Além de um local para a inclusão financeira, a geração de negócios e o atendimento ao cooperado, ele pode ser utilizado para outras atividades como por exemplo reuniões, treinamentos e interações.

A presidente do Sicoob União MT/MS, Aifa Naomi, ressaltou que se trata de uma união muito importante entre instituições, onde se cultivará a essência cooperativista de proximidade, de atendimento humanizado que gera um sentimento de acolhida e de pertencimento.

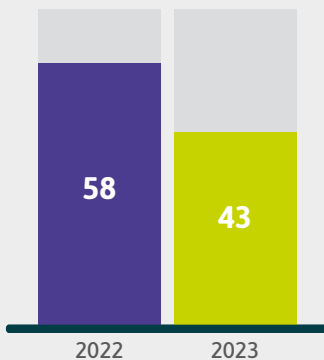




+++++

CRESCIMENTO SOCIAL

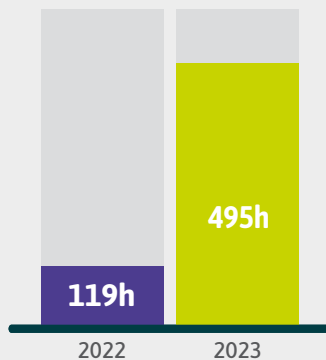
VOLUNTÁRIOS



↓ -26%

Variação de -15 pessoas

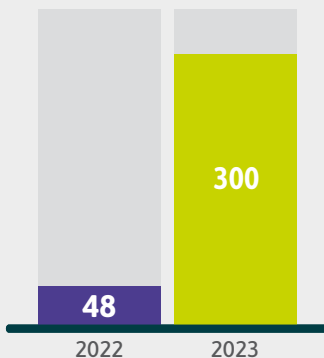
HORAS DE VOLUNTARIADO



↑ +316%

Variação de 376 horas

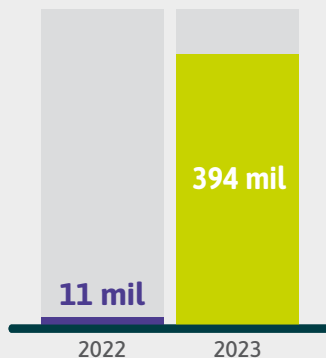
AÇÕES REALIZADAS



↑ +525%

Variação de 252 ações

PESSOAS ALCANÇADAS E IMPACTADAS



↑ +3482%

Variação de 383 pessoas

+++++

PANORAMA GERAL DO EIXO SOCIAL



DOAÇÕES

R\$ 42,2 MIL



PATROCÍNIOS, PROMOÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS

R\$ 1,2 MILHÕES



FOMENTO À ECONOMIA LOCAL

R\$ 100,6 MIL

Parecis SuperAgro (MT), Feira do Empreendedor Sebrae (MT) e Tecno Agro (MS)



INVESTIDOS NA COMUNIDADE

R\$ 568,5 MILHÕES

Governança, Eixo Educacional e Dia C





BALANÇO SOCIAL





NOSSA GENTE



Na essência do cooperativismo, o Sicoob União MT/MS destaca-se ao reconhecer a interação entre pessoas como a força propulsora para alcançar seu Propósito e Visão.

Na prática diária, os colaboradores desempenham um papel crucial, sendo considerados peças vitais no sucesso coletivo.



PERFIL DEMOGRÁFICO





DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS POR MEIO DA FORMAÇÃO CONTÍNUA

Sicoob União MT/MS



Academia de Negócios

300 HORAS



Formação de Gerentes de PA

332 HORAS

Outras formações:

SICOOB CENTRAL RONDON
80 HORAS (PRESENCIAL)
12 HORAS (ONLINE)

OCB
52 HORAS (ONLINE)

ABRH BRASIL
25 HORAS (PRESENCIAL)

TRENAD
25 HORAS (PRESENCIAL)

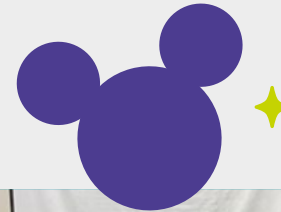


PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023

Nos dias 17 e 18 de agosto, gerentes e consultores do Sicoob União MT MS participaram do Planejamento Estratégico de 2023 com intuito de avaliar o primeiro semestre de trabalho, realinhar objetivos e traçar as metas para alcançá-los nos meses seguintes.

A iniciativa foi realizada no Hotel Delmond e contou com uma programação rica em conhecimento, com palestras e oficinas.

Em gratificação aos resultados alcançados no primeiro semestre, a Regional MS foi contemplada com uma viagem para a Disney.





+++++

COOPERATIVA REALIZA PRIMEIRA EDIÇÃO DO EVENTO “RAÍZES”

O Sicoob União MT/MS realizou em novembro a primeira edição do “Raízes”, desenvolvido pela equipe de Marketing em conjunto com as diretorias com o objetivo de fazer o planejamento estratégico para 2024.

O evento, além de apresentar os principais pilares a serem trabalhados no ano seguinte - Cultura, Pessoas e Resultado, contou com palestra do jovem Tiago Linck, portador de uma síndrome rara que ocasiona a ausência dos membros superiores e inferiores.

O “Raízes” contou com a participação do diretor executivo José Augusto Manzano Indalécio, do diretor comercial Clademir Salmória e da diretora administrativa e financeira Mônica Carvalho, do Sicoob União MT/MS, além do diretor executivo do Sicoob Central Rondon Emílio Junior de Souza. A presidente Aifa Naomi, que não pôde comparecer, falou aos presentes por meio de um vídeo.



+++++
+++++
+++++
+++++

+++++

CASES DE SUCESSO SÃO APRESENTADOS DURANTE A FEIRA DO EMPREENDEDOR

O Sicoob União MT/MS participou da 13ª edição da Feira do Empreendedor do Sebrae, realizada de 5 a 8 de outubro, no Centro de Eventos do Pantanal, levando ao público alguns cases de sucesso de cooperados para serem apresentados em seu estande, com o objetivo de mostrar a importância do cooperativismo financeiro. As histórias foram contadas pelos próprios cooperados convidados, de diferentes ramos, demonstrando que o cooperativismo financeiro se encaixa perfeitamente nos mais variados tipos de negócios.



+++++
+++++
+++++
+++++



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

+++++

+++++

ATUALMENTE O SICOOB POSSUI:



7,7 milhões
de cooperados



14
cooperativas
centrais



5,1
dirigentes, presidentes,
vice-presidente e diretores



335
cooperativas
singulares



1,9 clientes
não cooperados



2.382
(42%) municípios brasileiros
presentes fisicamente



4.609
unidades na rede de
atendimento (pa+sedes)



401
municípios brasileiros em
que somos os únicos presentes
fisicamente



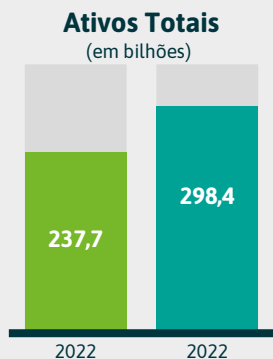
55,4 Mil
colaboradores

FONTE: CENTRO COOPERATIVO SICOOB | DEMONSTRAÇÕES PRÉVIAS FINANCEIRAS COMBINADAS
DATA-BASE: SOBRAS TOTAIS - ACUMULADAS DE JAN A DEZ/2023 | DEMAIS NÚMEROS: DEZEMBRO/2023

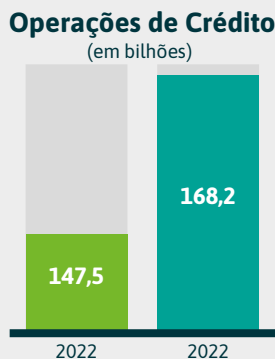


+++++

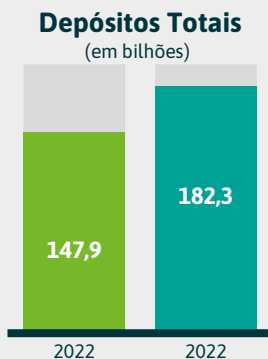
GRANDES NÚMEROS DO SICOOB



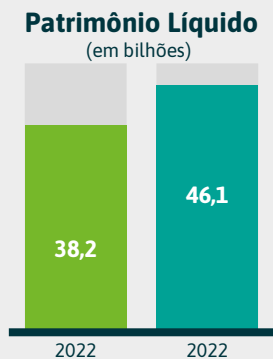
↑ +25,5%



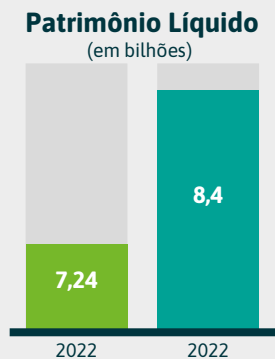
↑ +14%



↑ +23,3%



↑ +20,7%

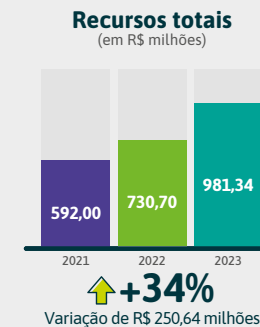
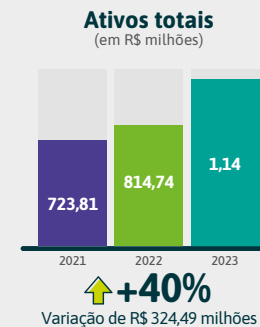
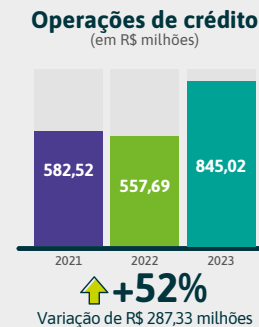


↑ +16%

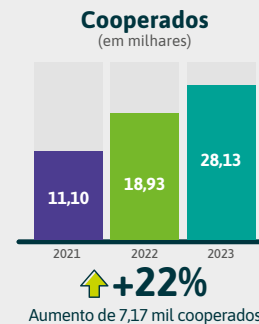
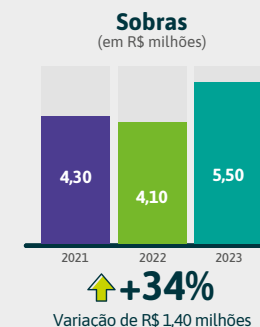
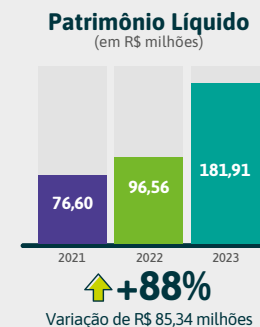
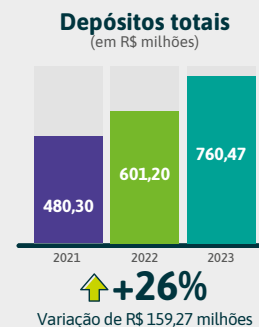


+++++

GRANDES NÚMEROS DO SICOOB UNIÃO MT MS



SOBRAS LÍQUIDAS 4,30 Milhões 4,10 Milhões 5,50 Milhões



SICOOB União MT/MS



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL -
SICOOB UNIAO MT/MS
SICOOB UNIAO MT/MS
CNPJ: 03.326.437/0001-08
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		1.139.231.424,81	814.738.891,90
DISPONIBILIDADES	4	10.118.127,66	5.499.742,07
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.124.876.872,46	811.023.081,20
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.082.597,65	1.839.976,70
Títulos e Valores Mobiliários	6	120.723.637,45	11.694.704,75
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		(531.838,11)	-
Relações Interfinanceiras		254.087.861,59	236.576.244,38
Centralização Financeira		254.087.861,59	236.576.244,38
Operações de Crédito	7	730.828.743,61	546.151.529,71
Outros Ativos Financeiros	8	17.685.870,27	14.760.625,66
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(39.138.901,79)	(25.938.142,57)
(-) Operações de Crédito	7.b	(34.944.406,16)	(24.070.834,45)
(-) Outras	8.1	(4.194.495,63)	(1.867.308,12)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	886.491,97	401.696,25
OUTROS ATIVOS	10	18.304.176,86	10.441.507,77
INVESTIMENTOS	11	5.018,18	-
IMOBILIZADO DE USO	12	36.202.303,00	23.544.157,45
INTANGÍVEL	13	870.386,28	915.179,97
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	12 e 13	(12.893.049,81)	(11.148.330,24)
TOTAL DO ATIVO		1.139.231.424,81	814.738.891,90
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.139.231.424,81	814.738.891,90
DEPÓSITOS	14	600.386.250,53	517.075.316,77
Depósitos à Vista		217.205.537,84	160.859.584,61
Depósitos a Prazo		383.180.712,69	356.215.732,16
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		335.930.894,45	189.963.321,53
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	159.243.010,89	83.339.497,46
Relações Interfinanceiras		121.768.926,50	58.138.598,39
Repasse Interfinanceiros	16.a	121.768.926,50	58.138.598,39
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.b	53.000.000,00	-
Outros Passivos Financeiros	17	1.918.957,06	48.485.225,68
PROVISÕES	18	4.465.476,66	2.209.289,57
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	1.913.761,56	1.981.780,52
OUTROS PASSIVOS	20	14.769.150,95	6.926.207,93
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		181.765.890,66	96.582.975,58
CAPITAL SOCIAL	21.a	168.174.646,70	86.280.631,30
RESERVAS DE SOBRAS		10.846.900,06	8.233.342,96
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.d	2.744.343,90	2.069.001,32
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.139.231.424,81	814.738.891,90

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL - SICOOB UNIAO MT/MS

SICOOB UNIAO MT/MS
CNPJ: 03.326.437/0001-08
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		83.398.043,02	150.581.041,30	119.207.901,97
Operações de Crédito	23	65.931.410,95	119.577.959,51	94.762.092,88
Ingressos de Depósitos Interooperativos	4.a	14.035.579,93	27.469.723,89	24.333.118,08
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.c	3.431.052,14	3.533.357,90	112.691,01
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(54.413.851,31)	(103.995.652,40)	(81.137.611,51)
Operações de Captação no Mercado	14.d	(32.375.570,43)	(63.236.069,80)	(55.257.306,76)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.c	(4.843.704,71)	(7.208.676,53)	(8.074.299,85)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(17.194.576,17)	(33.550.906,07)	(17.806.004,90)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		28.984.191,71	46.585.388,90	38.070.290,46
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(15.536.541,64)	(29.021.625,62)	(32.723.194,80)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	22.591.208,41	40.357.560,05	17.302.305,69
Rendas de Tarifas	26	4.980.804,58	9.506.317,97	6.554.014,21
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(21.514.716,80)	(40.967.361,28)	(30.396.550,58)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(18.901.734,30)	(36.468.464,21)	(28.501.787,42)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(1.666.922,96)	(3.182.416,91)	(1.807.864,20)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	6.185.091,79	11.838.338,39	8.506.411,33
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(7.210.272,36)	(10.105.599,63)	(4.379.723,83)
PROVISÕES	32	(275.418,17)	(2.256.187,09)	(1.223.250,00)
Provisões/Reversões para Contingências		(4.016,41)	(18.553,52)	(234.758,79)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(271.401,76)	(2.237.633,57)	(988.491,21)
RESULTADO OPERACIONAL		13.172.231,90	15.307.576,19	4.123.845,66
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	(957.935,36)	(584.183,70)	727.582,08
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		12.214.296,54	14.723.392,49	4.851.427,74
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		514.103,44	(1.351.754,30)	(752.928,04)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		324.576,62	(839.204,84)	(466.624,00)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		189.526,82	(512.549,46)	(286.304,04)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(3.012.061,65)	(3.012.061,65)	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		9.716.338,33	10.359.576,54	4.098.499,70

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021	72.695.981,60	(4.430.994,55)	6.048.732,97	135.360,14	2.049.747,17	76.498.827,33
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	2.927.134,71	0,00	0,00	0,00	(2.971.176,22)	(44.041,51)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	23.213.133,59	(901.699,43)	0,00	0,00	0,00	22.311.434,16
Por Devolução (-)	(6.472.100,70)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.472.100,70)
Estorno de Capital	(750.823,92)	0,00	0,00	0,00	921.429,05	170.605,13
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	429.601,44	429.601,44
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	4.098.499,70	4.098.499,70
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	2.049.249,85	0,00	(2.049.249,85)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(409.849,97)	(409.849,97)
Saldos em 31/12/2022	91.613.325,28	(5.332.693,98)	8.097.982,82	135.360,14	2.069.001,32	96.582.975,58
Saldos em 31/12/2022	91.613.325,28	(5.332.693,98)	8.097.982,82	135.360,14	2.069.001,32	96.582.975,58
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	2.022.952,86	0,00	0,00	0,00	(2.069.001,32)	(46.048,46)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	85.112.159,85	(2.151.056,68)	0,00	0,00	0,00	82.961.103,17
Por Devolução (-)	(7.240.383,47)	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.240.383,47)
Estorno de Capital	(501.820,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(501.820,00)
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00	0,00	(135.360,14)	135.360,14	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	409.849,97	409.849,97
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	10.359.576,54	10.359.576,54
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.861.742,06)	(4.861.742,06)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.652.162,84	0,00	0,00	0,00	0,00	4.652.162,84
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	2.748.917,24	0,00	(2.748.917,24)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(549.783,45)	(549.783,45)
Saldos em 31/12/2023	175.658.397,36	(7.483.750,66)	10.846.900,06	0,00	2.744.343,90	181.765.890,66
Saldos em 30/06/2023	103.575.149,95	(6.173.112,83)	8.097.982,82	135.360,14	643.238,21	106.278.618,29
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	72.026.434,39	(1.310.637,83)	0,00	0,00	0,00	70.715.796,56
Por Devolução (-)	(4.095.349,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.095.349,82)
Estorno de Capital	(500.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(500.000,00)
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00	0,00	(135.360,14)	135.360,14	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	409.849,97	409.849,97
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	9.716.338,33	9.716.338,33
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.861.742,06)	(4.861.742,06)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	4.652.162,84	0,00	0,00	0,00	0,00	4.652.162,84
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	2.748.917,24	0,00	(2.748.917,24)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(549.783,45)	(549.783,45)
Saldos em 31/12/2023	175.658.397,36	(7.483.750,66)	10.846.900,06	0,00	2.744.343,90	181.765.890,66

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL - SICOOB UNIAO MT/MS

SICOOB UNIAO MT/MS
CNPJ: 03.326.437/0001-08
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		9.716.338,33	10.359.576,54	4.098.499,70
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		9.716.338,33	10.359.576,54	4.098.499,70

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL - SICOOB UNIAO MT/MS

SICOOB UNIAO MT/MS
CNPJ: 03.326.437/0001-08
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		12.214.296,54	14.723.392,49	4.851.427,74
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(14.847,78)	(2.883,51)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	24	17.194.576,17	33.550.906,07	17.806.004,90
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	32	271.401,76	2.237.633,57	988.491,21
Provisões/Reversões Não Operacionais	33	1.381.396,86	1.381.396,86	669,30
Provisões/Reversões para Contingências	32	4.016,41	18.553,52	234.758,79
Atualização de Depósitos em Garantia		(33.025,05)	(50.141,72)	(15.756,42)
Depreciações e Amortizações	28	1.328.368,38	2.482.742,01	1.716.660,27
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		32.361.031,07	54.329.635,02	25.579.372,28
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(121.815,41)	(242.620,95)	(1.839.976,70)
Títulos e Valores Mobiliários		(98.275.798,96)	(100.107.276,81)	-
Operações de Crédito		(139.563.589,61)	(201.379.748,59)	15.468.307,67
Outros Ativos Financeiros		(2.980.026,35)	(6.522.715,05)	(8.904.546,15)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		197.629,47	(484.795,72)	(370.806,69)
Outros Ativos		(2.731.335,98)	(9.244.065,95)	3.412.989,24
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		33.414.697,06	56.345.953,23	1.285.078,04
Depósitos sob Aviso		-	-	(576,69)
Depósitos a Prazo		(33.651.960,80)	26.964.980,53	67.078.197,75
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		24.477.754,63	75.903.513,43	52.543.472,18
Relações Interfinanceiras		31.908.785,47	63.630.328,11	(38.444.638,49)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		53.000.000,00	53.000.000,00	(47.303.612,17)
Outros Passivos Financeiros		1.077.680,77	(46.566.268,62)	33.945.927,97
Provisões		-	-	(321.658,79)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		495.635,87	(68.018,96)	842.276,03
Outros Passivos		(4.259.875,17)	(30.860,69)	(359,48)
FATES - Atos Cooperativos		(549.783,45)	(549.783,45)	(409.849,97)
Reversão/Realização de Fundos		409.849,97	409.849,97	429.601,44
Imposto de Renda Pago		(839.204,84)	(839.204,84)	(466.624,00)
Contribuição Social Pago		(512.549,46)	(512.549,46)	(286.304,04)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(106.142.875,72)	(35.963.648,80)	102.236.269,43
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	14.847,78	2.883,51
Aquisição de Intangível		(18.400,00)	(18.400,00)	(161.765,92)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(8.304.446,45)	(13.332.974,30)	(7.759.252,53)
Aquisição de Investimentos		(5.329.988,18)	(8.394.835,96)	(1.291.881,51)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(13.652.834,63)	(21.731.362,48)	(9.210.016,45)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		70.715.796,56	82.961.103,17	22.311.434,16
Devolução de Capital aos Cooperados		(4.095.349,82)	(7.240.383,47)	(6.472.100,70)
Estorno de Capital		(500.000,00)	(501.820,00)	170.605,13
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(46.048,46)	(44.041,51)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		4.652.162,84	4.652.162,84	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		70.772.609,58	79.825.014,08	15.965.897,08
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(49.023.100,77)	22.130.002,80	108.992.150,06
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		313.229.090,02	242.075.986,45	133.083.836,39
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		264.205.989,25	264.205.989,25	242.075.986,45
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(49.023.100,77)	22.130.002,80	108.992.150,06

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL - SICOOB UNIÃO MT/MS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL - SICOOB UNIÃO MT/MS, doravante denominado SICOOB UNIÃO MT/MS, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 30/11/1998, filiada à CCC DOS ESTADOS MT/MS e CACOAL/RO - SICOOB CENTRAL RONDON e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias e Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB UNIAO MT/MS, sediado à RUA J, Nº 6, RESIDENCIAL CONCADORO, CUIABÁ - MT, possui: 30 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: CUIABÁ - MT, CAMPO NOVO DO PARECIS - MT, NOVA MUTUM - MT, CAMPO GRANDE - MS, ARAPUTANGA - MT, SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, SIDROLÂNDIA - MS, CHAPADÃO DO SUL - MS, SALTO DO CÉU - MT, COSTA RICA - MS, SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT, PARANAÍBA - MS, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE - MT, RIO BRANCO - MT, JAURU - MT, INDIÁVAÍ - MT, FIGUEIRÃO - MS, ALCINÓPOLIS - MS, VÁRZEA GRANDE - MT, CASSILÂNDIA - MS, PARAÍSO DAS ÁGUAS - MS, INOCÊNCIA - MS, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB UNIAO MT/MS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 04/03/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e





subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;
- iv) **Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023:** define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A **Resolução BCB nº 352/23**, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- **Fase 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
- **Fase 3 - Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Fase 4 - Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 - Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Fase 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

• **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).

• **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origemação.

• **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

• **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

• **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

• **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023**, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2022 são reapresentadas abaixo:





O saldo constante na linha de "Reversão/Realização de Fundo" foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa - DFC, em 2022, do grupo de "atividades de financiamentos" para "aumento/redução em passivos operacionais". O montante envolvido foi de R\$ 429.601,44.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC apurada no exercício findo em 2022.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Investimentos





Representam investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

l) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

n) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

o) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

p) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

q) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

r) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

s) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas,





bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB UNIAO MT/MS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	10.118.127,66	5.499.742,07
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	254.087.861,59	236.576.244,38
TOTAL	264.205.989,25	242.075.986,45

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RONDON como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	14.035.579,93	27.469.723,89	24.333.118,08

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	1.326.275,92	756.321,73	2.082.597,65	1.839.976,70	-	1.839.976,70
TOTAL	1.326.275,92	756.321,73	2.082.597,65	1.839.976,70	-	1.839.976,70

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	-	20.084.522,53	20.084.522,53	11.694.674,75	-	11.694.674,75
Outras Participações	-	-	-	30,00	-	30,00
CPR-F (b)	34.904.171,20	65.734.943,72	100.639.114,92	-	-	-
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS E TÍTULOS	34.904.171,20	85.819.466,25	120.723.637,45	11.694.704,75	-	11.694.704,75
(-) Outros no País (c)	(531.838,11)	-	(531.838,11)	-	-	-
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(531.838,11)	-	(531.838,11)	-	-	-
TOTAL	34.372.333,09	85.819.466,25	120.191.799,34	11.694.704,75	-	11.694.704,75

(a) Referem-se a saldos de participações em entidades cooperativas avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme previsto pela Lei nº 8.929/1994.

(c) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão referente a desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	3.944.390,47	4.065.196,01	112.691,01
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos Livres - CPRs.	(513.338,33)	(531.838,11)	-
TOTAL	3.431.052,14	3.533.357,90	112.691,01

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total



Empréstimos e Títulos Descontados	248.168.319,32	259.971.528,73	508.139.848,05	194.581.379,08	187.306.704,80	381.888.083,88
Financiamentos	34.981.535,88	60.348.087,35	95.329.623,23	31.935.081,56	61.300.754,71	93.235.836,27
Financiamentos Rurais	83.503.855,26	43.855.417,07	127.359.272,33	51.155.793,45	19.871.816,11	71.027.609,56
Total de Operações de Crédito	366.653.710,46	364.175.033,15	730.828.743,61	277.672.254,09	268.479.275,62	546.151.529,71
(-) Provisões para Operações de Crédito	(20.601.575,72)	(14.342.830,44)	(34.944.406,16)	(13.926.330,02)	(10.144.504,43)	(24.070.834,45)
TOTAL	346.052.134,74	349.832.202,71	695.884.337,45	263.745.924,07	258.334.771,19	522.080.695,26

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	77.356.568,67	7.176.409,46	41.427.516,50	125.960.494,63	-	90.978.743,70	-
A 0,5% Normal	171.459.027,46	25.846.943,79	58.289.372,69	255.595.343,94	(1.277.976,72)	196.328.919,10	(981.644,60)
B 1% Normal	123.404.403,06	30.436.073,72	18.072.985,11	171.913.461,89	(1.719.134,62)	141.421.786,45	(1.414.218,02)
B 1% Vencidas	1.434.004,26	583.038,15	-	2.017.042,41	(20.170,42)	950.978,79	(9.509,95)
C 3% Normal	74.497.014,36	15.477.744,94	7.643.139,79	97.617.899,09	(2.928.536,97)	70.671.722,09	(2.120.151,82)
C 3% Vencidas	3.495.037,44	3.096.422,04	375.289,60	6.966.749,08	(209.002,47)	4.155.028,27	(124.651,01)
D 10% Normal	19.445.521,24	4.142.787,61	887.829,05	24.476.137,90	(2.447.613,79)	10.311.250,68	(1.031.125,23)
D 10% Vencidas	5.937.488,18	1.392.390,19	-	7.329.878,37	(732.987,84)	3.491.452,93	(349.145,45)
E 30% Normal	4.741.793,84	2.008.144,42	385.096,51	7.135.034,77	(2.140.510,43)	2.736.714,40	(821.014,48)
E 30% Vencidas	2.951.906,20	810.947,07	-	3.762.853,27	(1.128.855,98)	3.202.405,01	(960.721,66)
F 50% Normal	3.394.830,46	9.640,17	-	3.404.470,63	(1.702.235,32)	2.754.188,74	(1.377.094,53)
F 50% Vencidas	4.656.751,49	603.746,28	278.043,08	5.538.540,85	(2.769.270,43)	6.266.320,64	(3.133.160,48)
G 70% Normal	1.187.494,30	29.272,96	-	1.216.767,26	(851.737,08)	1.031.007,89	(721.705,68)
G 70% Vencidas	2.313.220,93	612.437,91	-	2.925.658,84	(2.047.963,41)	2.747.732,83	(1.923.413,19)
H 100% Normal	2.940.085,89	195.604,40	-	3.135.690,29	(3.135.690,29)	2.508.428,64	(2.508.428,64)
H 100% Vencidas	8.924.700,27	2.908.202,12	-	11.832.902,39	(11.832.720,39)	6.594.849,55	(6.594.849,55)
Total Normal	478.426.739,28	85.322.621,47	126.705.939,65	690.455.300,40	(16.203.435,22)	518.742.761,69	(10.975.383,16)
Total Vencidos	29.713.108,77	10.007.001,76	653.332,68	40.373.443,21	(18.740.968,72)	27.408.768,02	(13.095.451,29)
Total Geral	508.139.848,05	95.329.623,23	127.359.272,33	730.828.743,61	(34.944.406,16)	546.151.529,71	(24.070.834,45)
Provisões	(27.632.931,56)	(6.255.411,61)	(1.056.062,99)	(34.944.406,16)	-	(24.070.834,45)	-
Total Líquido	480.506.916,49	89.074.211,62	126.303.209,34	695.884.337,45	-	522.080.695,26	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	85.942.402,66	162.225.916,66	259.971.528,73	508.139.848,05	381.888.083,88
Financiamentos	10.666.010,71	24.315.525,17	60.348.087,35	95.329.623,23	93.235.836,27
Financiamentos Rurais	1.537.855,18	81.966.000,08	43.855.417,07	127.359.272,33	71.027.609,56
TOTAL	98.146.268,55	268.507.441,91	364.175.033,15	730.828.743,61	546.151.529,71

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Comércio	355.733,15	-	-	0,05%	355.733,15	443.727,58
Setor Privado - Serviços	230.397.985,60	72.109.783,12	19.538.553,22	44,07%	322.046.321,94	214.635.733,38
Pessoa Física	269.936.752,56	23.219.840,11	107.820.719,11	54,86%	400.977.311,78	330.511.861,68
Outros	7.449.376,74	-	-	1,02%	7.449.376,74	560.207,07
TOTAL	508.139.848,05	95.329.623,23	127.359.272,33	100,00%	730.828.743,61	546.151.529,71

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(24.070.834,45)	(22.292.391,58)
Constituições/Reversões no período	(27.580.770,41)	(15.626.806,11)
Transferência para prejuízo no período	16.707.198,70	13.848.363,24

Saldo Final	(34.944.406,16)	(24.070.834,45)
--------------------	------------------------	------------------------

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maiores Devedor	15.166.431,81	1,68%	7.367.978,76	1,33%
10 Maiores Devedores	101.514.135,04	11,26%	60.004.707,66	10,80%
50 Maiores Devedores	269.375.927,25	31,97%	161.589.959,58	29,09%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	46.112.571,59	37.791.748,59
Valor das operações transferidas no período	20.396.267,21	15.802.517,64
Valor das operações recuperadas no período	(2.826.436,13)	(3.922.763,80)
Valor das operações renegociadas no período	(1.365.807,17)	(1.318.884,12)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.347.647,48)	(2.240.046,72)
Saldo Final	60.968.948,02	46.112.571,59

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas no exercício de 2023 totalizaram R\$ 34.488.306,82, são decorrentes de operações de crédito consignado, crédito rural e empréstimos.





8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	5.284.905,38	-	5.284.905,38	2.503.620,23	-	2.503.620,23
Rendas a Receber (b)	4.077.144,23	-	4.077.144,23	3.997.945,90	-	3.997.945,90
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	683.545,23	5.979.067,75	6.662.612,98	651.470,09	6.670.907,97	7.322.378,06
Títulos e Créditos a Receber (d)	1.181.368,86	-	1.181.368,86	605.079,60	-	605.079,60
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	479.838,82	479.838,82	-	331.601,87	331.601,87
TOTAL	11.226.963,70	6.458.906,57	17.685.870,27	7.758.115,82	7.002.509,84	14.760.625,66

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é , substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	23.807,25	-	23.807,25	23.512,10	-	23.512,10
Rendas de Cartões	1.539.867,61	-	1.539.867,61	819.433,53	-	819.433,53
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	1.956.207,32	-	1.956.207,32	3.046.995,03	-	3.046.995,03
Rendas de Domicílio Bancário	497.730,63	-	497.730,63	-	-	-
Rendas de Poupança	31.025,98	-	31.025,98	26.993,20	-	26.993,20
Rendas de Transações Interfinanceiras	28.505,44	-	28.505,44	35.221,42	-	35.221,42
Outras Rendas a Receber	-	-	-	45.790,62	-	45.790,62
TOTAL	4.077.144,23	-	4.077.144,23	3.997.945,90	-	3.997.945,90

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 1.030.213,20);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Depósitos Em Garantias – Caução R\$ 66.000,00, e processos cíveis R\$ 413.838,82.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(4.105.995,62)	-	(4.105.995,62)	(1.769.546,91)	-	(1.769.546,91)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(15.861,94)	(72.638,07)	(88.500,01)	(14.530,68)	(83.230,53)	(97.761,21)
TOTAL	(4.121.857,56)	(72.638,07)	(4.194.495,63)	(1.784.077,59)	(83.230,53)	(1.867.308,12)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
AA - Normal	-	-	2.295.077,96	2.295.077,96	-	1.564.827,31	-
A 0,5% Normal	-	-	1.856.636,39	1.856.636,39	(9.283,18)	4.641.116,91	(23.205,61)
B 1% Normal	-	-	1.846.000,27	1.846.000,27	(18.460,00)	402.527,97	(4.025,31)
C 3% Normal	-	-	81.900,16	81.900,16	(2.457,00)	12.289,06	(368,70)
D 10% Normal	-	-	582.998,20	582.998,20	(58.299,82)	351.294,57	(35.129,49)
D 10% Vencidas	-	-	-	-	-	350.322,24	(35.032,25)
E 30% Normal	-	310.817,75	-	310.817,75	(93.245,33)	11.719,13	(3.515,77)
E 30% Vencidas	-	746.966,99	-	746.966,99	(224.090,10)	470.102,11	(141.030,66)
F 50% Normal	-	22.586,79	-	22.586,79	(11.293,10)	-	-
F 50% Vencidas	-	452.175,27	-	452.175,27	(226.087,94)	541.484,16	(270.742,11)
G 70% Normal	-	70.860,20	-	70.860,20	(49.602,44)	-	-
G 70% Vencidas	-	599.405,54	-	599.405,54	(419.583,88)	420.188,91	(294.132,30)
H 100% Normal	-	149.540,07	-	149.540,07	(149.540,07)	-	-
H 100% Vencidas	-	2.932.552,77	-	2.932.552,77	(2.932.552,77)	1.060.125,92	(1.060.125,92)
Total Normal	-	553.804,81	6.662.612,98	7.216.417,79	(392.180,94)	6.983.774,95	(66.244,88)
Total Vencidos	-	4.731.100,57	-	4.731.100,57	(3.802.314,69)	2.842.223,34	(1.801.063,24)
Total Geral	-	5.284.905,38	6.662.612,98	11.947.518,36	(4.194.495,63)	9.825.998,29	(1.867.308,12)
Provisões	-	(4.105.995,31)	(88.500,01)	(4.194.495,32)	-	(1.867.307,83)	-
Total Líquido	-	1.178.910,07	6.574.112,97	7.753.023,04	-	7.958.690,46	-

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	886.491,97	-	886.491,97	401.696,25	-	401.696,25
Imposto de Renda a Recuperar	-	-	-	185,76	-	185,76
TOTAL	886.491,97	-	886.491,97	401.882,01	-	401.882,01

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Saldo Negativo De IRPJ - Exercícios Anteriores (R\$ 720.783,14); Saldo Negativo De CSLL - Exercícios Anteriores (R\$ 149.149,10).

10. Outros Ativos

++++
++++
++++
++++



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	81.832,15	-	81.832,15	76.710,49	-	76.710,49
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	326.994,72	-	326.994,72	492.888,32	-	492.888,32
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	943.682,96	-	943.682,96	105.286,25	-	105.286,25
Devedores Diversos - País (a)	315.805,65	-	315.805,65	297.971,72	-	297.971,72
Material em Estoque	89.981,45	-	89.981,45	55.625,37	-	55.625,37
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (b)	7.932.715,68	7.163.506,77	15.096.222,45	1.384.773,52	7.555.760,02	8.940.533,54
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(1.382.066,16)	-	(1.382.066,16)	(669,30)	-	(669,30)
Despesas Antecipadas (d)	2.831.723,64	-	2.831.723,64	473.161,38	-	473.161,38
TOTAL	11.140.670,09	7.163.506,77	18.304.176,86	2.885.747,75	7.555.760,02	10.441.507,77

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	20.776,23	-	20.776,23	27.009,69	-	27.009,69
Plano de Saúde a Receber	93.185,93	-	93.185,93	97.046,60	-	97.046,60
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	81.187,59	-	81.187,59	67.889,87	-	67.889,87
Diferença de Caixa	100,30	-	100,30	2.470,79	-	2.470,79
Estoque de Pontos	22.847,44	-	22.847,44	-	-	-
Pendências Avais	34.929,73	-	34.929,73	103.554,77	-	103.554,77
Outros Devedores Diversos	62.778,43	-	62.778,43	-	-	-
TOTAL	315.805,65	-	315.805,65	297.971,72	-	297.971,72

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Investimentos - obras de artes	5.018,18	-	-	-
TOTAL	5.018,18	-	-	-

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado em Curso (a)		9.144.028,63	4.421.007,63
Terrenos		118.000,00	288.000,00
Edificações	4%	970.069,93	1.130.069,93
Instalações	10%	2.992.968,98	3.022.609,98
Móveis e equipamentos de Uso	10%	5.743.934,10	4.330.094,23
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.191.909,45	2.721.187,70
Sistema de Segurança	10%	1.381.580,86	1.184.183,82
Sistema de Transporte	20%	1.084.831,44	249.696,44
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		11.574.979,61	6.197.307,72
Total de Imobilizado de Uso		36.202.303,00	23.544.157,45
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(546.367,67)	(568.364,45)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(2.652.494,41)	(2.641.902,49)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(4.557.796,45)	(4.043.718,82)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(402.804,45)	(249.696,44)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(4.108.345,26)	(3.052.988,32)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(12.267.808,24)	(10.556.670,52)
TOTAL		23.934.494,76	12.987.486,93

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas de Processamento De Dados	20%	264.161,25	268.954,94
Licenças e Direitos Autorais E De Uso		606.225,03	646.225,03
Intangível		870.386,28	915.179,97
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(625.241,57)	(591.659,72)
TOTAL		245.144,71	323.520,25

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	217.205.537,84	-	217.205.537,84	160.859.584,61	-	160.859.584,61
Depósito a Prazo (b)	381.951.991,60	1.228.721,08	383.180.712,69	354.900.011,06	1.315.721,10	356.215.732,16
TOTAL	599.157.529,44	1.228.721,08	600.386.250,53	515.759.595,67	1.315.721,10	517.075.316,77

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.





Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maiores Depositantes	131.825.012,51	17,53%	80.064.817,45	13,49%
10 Maiores Depositantes	251.925.965,37	33,50%	217.987.693,72	36,72%
50 Maiores Depositantes	365.731.992,41	48,63%	316.806.537,90	53,37%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-	-	(34,11)
Despesas de Depósitos a Prazo	(23.043.631,63)	(46.520.357,70)	(46.240.331,50)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.742.040,90)	(9.247.669,25)	(7.573.773,21)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(4.047.223,64)	(6.453.446,91)	(549.005,97)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(542.674,26)	(1.014.595,94)	(894.161,97)
TOTAL	(32.375.570,43)	(63.236.069,80)	(55.257.306,76)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio - LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário - LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	59.221.280,07	-	59.221.280,07	19.318.325,60	-	19.318.325,60
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	38.349.037,67	61.672.693,15	100.021.730,82	8.603.839,81	55.417.332,05	64.021.171,86
TOTAL	97.570.317,74	61.672.693,15	159.243.010,89	27.922.165,41	55.417.332,05	83.339.497,46

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d- Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	81.029.306,24	40.739.620,26	121.768.926,50	43.022.444,64	13.954.435,69	56.976.880,33
Recursos do Banco Sicoob - Recursos Livres	-	-	-	1.161.718,06	-	1.161.718,06
TOTAL	81.029.306,24	40.739.620,26	121.768.926,50	44.184.162,70	13.954.435,69	58.138.598,39

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7,83 % ao ano, com vencimento até 25/05/2033.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	10.000.000,00	-	10.000.000,00	-	-	-
Banco Sicoob	43.000.000,00	-	43.000.000,00	-	-	-
TOTAL	53.000.000,00	-	53.000.000,00	-	-	-

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 0,19 % ao mês +100% do CDI, com vencimento até 03/06/2024.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(4.715.036,84)	(7.080.008,66)	(7.416.204,77)
Cooperativa Central	(128.667,87)	(128.667,87)	(658.095,08)
TOTAL	(4.843.704,71)	(7.208.676,53)	(8.074.299,85)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	1.719.224,35	-	1.719.224,35	47.899.942,69	-	47.899.942,69
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.573,44	-	7.573,44	429.160,74	-	429.160,74
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	192.159,27	-	192.159,27	156.122,25	-	156.122,25
TOTAL	1.918.957,06	-	1.918.957,06	48.485.225,68	-	48.485.225,68

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Convênio de Energia Elétrica e Gás	21.110,35	-	21.110,35	5.609,98	-	5.609,98
Convênio Saneamento	269,16	-	269,16	-	-	-
Ordens de Pagamento	1.607.000,00	-	1.607.000,00	47.889.728,49	-	47.889.728,49
Cobrança de Terceiros em Trânsito	90.719,84	-	90.719,84	4.429,22	-	4.429,22
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	125,00	-	125,00	175,00	-	175,00
TOTAL	1.719.224,35	-	1.719.224,35	47.899.942,69	-	47.899.942,69

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022

++++
++++
++++
++++



	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	187.026,26	-	187.026,26	152.956,07	-	152.956,07
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.133,01	-	5.133,01	3.166,18	-	3.166,18
TOTAL	192.159,27	-	192.159,27	156.122,25	-	156.122,25

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	2.079.665,64	2.360.557,50	4.440.223,14	1.785.109,43	417.480,14	2.202.589,57
Provisão Para Contingências (b)	-	25.253,52	25.253,52	-	6.700,00	6.700,00
TOTAL	2.079.665,64	2.385.811,02	4.465.476,66	1.785.109,43	424.180,14	2.209.289,57

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	363.499.187,83	170.832.406,21
TOTAL	363.499.187,83	170.832.406,21

(b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	25.253,52	479.838,82	6.700,00	331.601,87
TOTAL	25.253,52	479.838,82	6.700,00	331.601,87

b.1) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

Descrição	Cível	Total
Saldo em 01 janeiro de 2022	93.600,00	93.600,00
Constituição da provisão	20.266,89	20.266,89
Reversão da provisão	(107.166,89)	(107.166,89)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.700,00	6.700,00
Saldo em 01 janeiro de 2023	6.700,00	6.700,00
Constituição da provisão	39.790,63	39.790,63
Reversão da provisão	(21.237,11)	(21.237,11)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.253,52	25.253,52

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIAO MT/MS, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ 202.886,93 (em 2022 totalizando R 5.287.486,53)**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	200.202,63	-	200.202,63	85.681,25	-	85.681,25
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.278.558,96	-	1.278.558,96	1.061.538,40	-	1.061.538,40
Outros (a)	434.999,97	-	434.999,97	834.560,87	-	834.560,87
TOTAL	1.913.761,56	-	1.913.761,56	1.981.780,52	-	1.981.780,52

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	75.550,11	-	75.550,11	690.432,66	-	690.432,66
ISSQN a recolher	222.915,32	-	222.915,32	96.987,87	-	96.987,87
PIS faturamento a recolher	-	-	-	4.944,89	-	4.944,89
COFINS a recolher	-	-	-	42.195,45	-	42.195,45
IRRF sobre juros ao capital	136.534,54	-	136.534,54	-	-	-
TOTAL	434.999,97	-	434.999,97	834.560,87	-	834.560,87

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	4.502.869,36	-	4.502.869,36	730.040,68	-	730.040,68
Cheques Administrativos	-	-	-	111,23	-	111,23
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	842.949,72	-	842.949,72	790.794,49	-	790.794,49
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	7.519.910,84	-	7.519.910,84	4.282.436,67	-	4.282.436,67
Credores Diversos - País (d)	1.903.421,03	-	1.903.421,03	1.122.824,86	-	1.122.824,86
TOTAL	14.769.150,95	-	14.769.150,95	6.926.207,93	-	6.926.207,93

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	3.212.217,81	-	3.212.217,81	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	740.868,10	-	740.868,10	320.190,71	-	320.190,71
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	549.783,45	-	549.783,45	409.849,97	-	409.849,97
TOTAL	4.502.869,36	-	4.502.869,36	730.040,68	-	730.040,68

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado





e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	3.594.030,43	-	3.594.030,43	2.813.958,46	-	2.813.958,46
Custos de Transações Interfinanceiras	21.052,15	-	21.052,15	25.203,40	-	25.203,40
Seguro Prestamista	2.471.950,08	-	2.471.950,08	667.067,81	-	667.067,81
Despesas com Cartões	480.835,69	-	480.835,69	130.730,68	-	130.730,68
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	366.208,16	-	366.208,16	-	-	-
Segurança e Vigilância	53.031,62	-	53.031,62	53.355,09	-	53.355,09
Manutenção e Conservação de Bens	109.652,94	-	109.652,94	72.031,43	-	72.031,43
Transporte	12.208,01	-	12.208,01	10.954,97	-	10.954,97
Seguro	150.597,24	-	150.597,24	203.679,24	-	203.679,24
Compensação	80.541,55	-	80.541,55	16.169,84	-	16.169,84
Aluguéis	-	-	-	84.491,30	-	84.491,30
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	179.802,97	-	179.802,97	204.794,45	-	204.794,45
TOTAL	7.519.910,84	-	7.519.910,84	4.282.436,67	-	4.282.436,67

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	8.990,26	-	8.990,26	5.450,78	-	5.450,78
Valores a Repassar à Cooperativa Central	111.692,38	-	111.692,38	253.553,02	-	253.553,02
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	75.051,09	-	75.051,09	1.217,67	-	1.217,67
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	12.591,14	-	12.591,14	1.181,17	-	1.181,17
Diferença de Caixa	5.649,99	-	5.649,99	6.694,91	-	6.694,91
Créditos de Terceiros	2.145,25	-	2.145,25	1.446,73	-	1.446,73
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	128.898,61	-	128.898,61	10.105,47	-	10.105,47
Pendências a Regularizar	71.608,94	-	71.608,94	67.278,64	-	67.278,64
Valores a Liquidar Consignado	796.316,37	-	796.316,37	773.604,62	-	773.604,62
Desconto Folha Pgtto - Crédito Consignado	56.296,39	-	56.296,39	124,21	-	124,21
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	599.710,16	-	599.710,16	-	-	-
Outros Credores Diversos - País	34.470,45	-	34.470,45	2.167,64	-	2.167,64
TOTAL	1.903.421,03	-	1.903.421,03	1.122.824,86	-	1.122.824,86

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No período de 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 62.766.015,15** com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	168.174.646,70	86.280.631,30
Quantidade de Cooperados	39.397	32.224

b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2023** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2022** da seguinte forma:

- Conta Capital, no valor de R\$ 2.022.952,86;
- Destinações a pagar em capital de ex-associados, no valor de R\$ 46.048,46.

d) Destinações Estatutárias e Legais





A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.497.834,48	4.098.499,70
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(2.748.917,24)	(2.049.249,85)
(-) Destinação para o FATES - Atos Cooperativos	(549.783,45)	(409.849,97)
(+) Absorção de Fates e/ou Fundos Voluntários	409.849,97	429.601,44
(+) Absorção de Outras Reservas	135.360,14	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.744.343,90	2.069.001,32

a) 50% para o Fundo de Reserva, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 35% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 4.861.742,06 (no exercício de 2022 não houve remuneração de juros sobre o capital). Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	29.716.680,85	15.995.785,18
Despesas específicas de atos não cooperativos	(11.483.534,87)	(9.472.920,09)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(10.098.648,74)	(5.535.653,91)
Resultado operacional	8.134.497,24	987.211,18
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(584.183,70)	727.582,08
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.550.313,54	1.714.793,26
IRPJ/CSLL	(1.351.754,30)	(752.928,04)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16 (a)	(9.404.928,33)	(5.318.858,09)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(3.206.369,09)	(4.356.992,87)

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	297.010,28	704.008,39	695.948,11
Rendas de Empréstimos	45.914.059,45	83.554.621,12	64.504.803,76
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.586.751,42	4.870.037,72	4.233.142,36
Rendas de Financiamentos	9.420.339,61	17.843.614,33	15.396.868,07
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.835.867,28	3.189.862,64	1.994.347,86
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	818.956,22	1.364.425,23	1.975.737,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.603.499,33	3.975.315,30	915.259,40
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.454.927,36	4.076.074,78	5.045.986,32
TOTAL	65.931.410,95	119.577.959,51	94.762.092,88

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Captação	(32.375.570,43)	(63.236.069,80)	(55.257.306,76)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(4.843.704,71)	(7.208.676,53)	(8.074.299,85)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(17.194.576,17)	(33.550.906,07)	(17.806.004,90)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	7.008.189,79	13.636.358,93	11.621.732,70
Reversões de Provisões para Outros Créditos	399.531,43	566.125,53	370.459,71
Provisões para Operações de Crédito	(21.025.870,48)	(41.212.465,33)	(27.243.400,68)
Provisões para Outros Créditos	(3.576.426,91)	(6.540.925,20)	(2.554.796,63)
TOTAL	(54.413.851,31)	(103.995.652,40)	(81.137.611,51)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	608.744,96	1.258.791,85	1.178.427,67
Rendas por Serviços de Pagamento	5.711.021,36	7.620.184,21	-
Rendas de Convênios	93.763,62	189.895,79	197.540,64
Rendas de Comissão	14.293.049,74	27.748.300,98	12.538.525,10
Rendas de Credenciamento	-	6.622,92	7.481,06
Rendas de Cartões	837.450,22	2.050.692,21	2.814.668,51
Rendas de Outros Serviços	256.803,51	486.119,88	565.662,71
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	790.375,00	996.952,21	-
TOTAL	22.591.208,41	40.357.560,05	17.302.305,69

No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.





26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.127.213,20	4.044.474,20	2.528.758,16
Rendas de Serviços Prioritários - PF	154.281,30	301.390,60	289.974,04
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	-	810,00	4.298,97
Rendas de Serviços Especiais - PF	10.495,00	13.757,00	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.688.815,08	5.145.886,17	3.730.983,04
TOTAL	4.980.804,58	9.506.317,97	6.554.014,21

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(120.000,00)	(276.000,00)	(306.830,12)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.632.602,16)	(3.537.175,16)	(2.964.655,59)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(5.200.570,75)	(9.105.009,04)	(6.315.100,26)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.905.369,81)	(7.303.012,45)	(5.486.639,99)
Despesas de Pessoal - Proventos	(10.493.958,21)	(20.101.511,42)	(15.163.509,26)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(161.959,87)	(644.397,21)	(155.164,78)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(256,00)	(256,00)	(4.650,58)
TOTAL	(21.514.716,80)	(40.967.361,28)	(30.396.550,58)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(568.547,13)	(980.919,13)	(640.168,30)
Despesas de Aluguéis	(2.829.793,56)	(5.280.251,15)	(3.547.392,91)
Despesas de Comunicações	(819.900,39)	(1.523.466,09)	(914.225,61)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.164.995,93)	(2.122.646,52)	(1.752.821,36)
Despesas de Material	(275.611,31)	(534.637,41)	(398.186,43)
Despesas de Processamento de Dados	(1.906.263,74)	(3.622.531,34)	(3.186.079,75)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(958.597,52)	(2.299.069,91)	(1.079.811,26)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(365.221,65)	(641.987,16)	(661.542,77)
Despesas de Publicações	-	(30.407,00)	(13.088,00)
Despesas de Seguros	(218.308,95)	(441.962,48)	(334.326,46)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.087.037,66)	(2.740.414,30)	(3.177.364,77)
Despesas de Serviços de Terceiros	(879.266,54)	(1.494.485,26)	(1.571.473,05)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(865.668,01)	(1.736.167,79)	(1.475.316,52)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.017.294,70)	(1.999.837,73)	(1.785.623,79)
Despesas de Transporte	(388.427,02)	(731.481,15)	(404.085,46)
Despesas de Viagem no País	(1.001.929,87)	(1.594.752,64)	(772.788,16)
Despesas de Depreciação/Amortização	(1.328.368,38)	(2.482.742,01)	(1.716.660,27)
Outras Despesas Administrativas (a)	(3.226.501,94)	(6.210.705,14)	(5.070.832,55)
TOTAL	(18.901.734,30)	(36.468.464,21)	(28.501.787,42)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	-	(43,90)	(940,32)
Condomínio	-	-	(17.150,10)
Contribuição sindical patronal	-	(16.096,50)	(42.924,00)
Emolumentos judiciais e cartorários	(607.699,48)	(1.152.916,75)	(397.193,11)
Copa/cozinha	(42.022,76)	(72.242,32)	(80.921,21)
Lanches e refeições	(270.395,03)	(497.791,56)	(228.448,98)
Uniformes e vestuários	(28.519,68)	(68.674,68)	(33.142,63)
Contribuição a OCE	(96.773,88)	(178.575,03)	(7.195,00)
Taxas da junta comercial	-	-	(4.204,00)
Impostos e taxas	-	(3.837,70)	(278,94)
Medicamentos	(2.193,81)	(2.257,90)	(2.616,47)
Sistema cooperativista	-	-	(134.781,63)
Mensalidades diversas	(79.531,57)	(112.299,26)	(97.654,85)
Ratão de despesas da Central	(931.381,01)	(2.037.037,47)	(1.707.472,86)
Ações judiciais	(324.674,13)	(488.877,33)	(34.466,09)
Materiais de limpeza	-	-	(7.642,90)
Ratão de despesa do Sicoob Conf.	(141.518,40)	(282.362,88)	(420.393,60)
Contribuição confederativa	(20.805,12)	(24.272,64)	(14.806,20)
Alocação de despesas - Central	-	-	(1.018.704,63)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(257.404,18)	(484.740,21)	(6.087,36)
Outras despesas indedutíveis	(4.565,76)	(7.715,83)	(17.325,97)
Outras despesas administrativas	(419.017,13)	(780.963,18)	(796.481,70)
TOTAL	(3.226.501,94)	(6.210.705,14)	(5.070.832,55)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(131.337,97)	(246.697,22)	(196.032,06)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(744.568,35)	(1.485.833,87)	(805.820,68)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(595.654,65)	(1.090.303,22)	(639.831,41)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(195.361,99)	(359.582,60)	(166.180,05)
TOTAL	(1.666.922,96)	(3.182.416,91)	(1.807.864,20)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	678.204,12	1.076.668,52	829.201,58
Distribuição de sobras da central	-	14.847,78	2.883,51
Atualização depósitos judiciais	33.025,05	50.141,72	15.756,42
Rendas de Repasses Interfinanceiros	538.269,03	870.505,14	421.419,92
Outras rendas operacionais	86.702,23	540.378,52	681.565,03
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquiescência	4.848.891,36	9.285.796,71	6.555.584,87
TOTAL	6.185.091,79	11.838.338,39	8.506.411,33

++++
++++
++++
++++



31. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(272.705,14)	(480.399,80)	(346.075,77)
Outras Despesas Operacionais	(1.114.890,23)	(1.523.638,73)	(1.935.854,50)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(4.295.609,28)	(5.791.351,12)	-
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Uso	-	-	(472.794,28)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(961.718,50)	(1.687.518,30)	(879.744,59)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(25.264,07)	(58.464,91)	(243.053,82)
Perdas - Fraudes Internas	-	-	(500,00)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(14.014,75)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	-	(388,25)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(11.638,80)	(35.780,43)	(33.671,10)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(528.446,34)	(528.446,34)	(453.626,77)
TOTAL	(7.210.272,36)	(10.105.599,63)	(4.379.723,83)

(a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 25(a).

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	(4.016,41)	(18.553,52)	(234.758,79)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	-	-	(228.421,27)
Provisões para Contingências	(25.253,52)	(39.790,63)	(19.566,89)
Reversões de Provisões para Contingências	21.237,11	21.237,11	13.229,37
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(271.401,76)	(2.237.633,57)	(988.491,21)
Provisões para Garantias Prestadas	(3.124.557,59)	(6.528.749,47)	(2.867.790,83)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	2.853.155,83	4.291.115,90	1.879.299,62
TOTAL	(275.418,17)	(2.256.187,09)	(1.223.250,00)

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	221.292,21	365.758,48	103.326,20
Ganhos de Capital	14.103,10	46.732,60	284.980,51
Rendas de Aluguéis	0,00	0,00	-
Provisões/Reversões Não Operacionais	(1.193.330,67)	(996.674,78)	339.275,37
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(1.381.396,86)	(1.381.396,86)	(669,30)
Outras Rendas Não Operacionais	212.581,40	431.338,60	442.543,73
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(3.630,00)	(5.134,95)	(4305,17)
(-) Perdas de Capital	(20.885,21)	(40.536,57)	(97.968,88)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	0,00	(945,00)	(325,01)
TOTAL	(957.935,36)	(584.183,70)	727.582,08

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	403.595,19	0,0658%	16.804,60
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	20.537.065,88	3,3491%	18.594,42
TOTAL	20.940.661,07	3,4149%	35.399,02
Montante das Operações Passivas	87.350.125,41	23,5591%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023		
Empréstimos e Financiamentos		0,2131%
Crédito Rural (modalidades)		3,2438%
Aplicações Financeiras		11,7813%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	26.197,90	746,63	0,3999%
Financiamentos Rurais	20.001.863,04	10.961,24	15,7051%
Empréstimos	4.913.209,97	30.237,38	1,0308%
Financiamentos	33.157,23	165,79	0,0344%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - (a.m)
Depósitos a Vista	26.336.848,68	12,3099%	-
Depósitos a Prazo	107.820.597,30	28,1383%	0,9326%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	407.734,79	0,4038%	0,8145%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	2.332.828,60	4,0044%	0,9736%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (meses)
Empréstimos	1,3350%	62,05
Financiamentos	1,0400%	48,70
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,7696%	23,89
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	87,4749%	130,74
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,8355%	31,14
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,8184%	11,59





Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	1.032,96
Crédito Rural	24.853.079,71
Empréstimos	13.051.094,17
Financiamentos	159.528,23

e) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
NSS Diretoria/Conselheiros	(466.270,14)	(842.118,80)	(665.064,42)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.557.114,80)	(3.537.175,16)	(2.964.655,59)
F.G.T.S. Diretoria	(107.125,74)	(185.705,12)	(109.909,87)
Plano de Saúde	(75.487,36)	(135.793,37)	(150.150,27)

35.2 Cooperativa Central

O SICOOB UNIAO MT/MS, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOB CENTRAL RONDON, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RONDON, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL RONDON a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIAO MT/MS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RONDON perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RONDON:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 4	254.087.861,59	236.576.244,38
Ativo - Participações de Cooperativas - Nota 5	20.084.522,53	11.694.674,75
Total das Operações Ativas	274.172.384,12	248.270.919,13
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	10.000.000,00	-
Total de Operações Passivas	10.000.000,00	-

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RONDON:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos - Nota 4.a	14.035.579,93	27.469.723,89	24.333.118,08
Total das Receitas	14.035.579,93	27.469.723,89	24.333.118,08
Rateio de Despesas da Central - Nota 28	(931.381,01)	(2.037.037,47)	(1.707.472,86)
Alocação de Despesa da Central - Nota 28	-	-	(1.018.704,63)
Total das Despesas	(931.381,01)	(2.037.037,47)	(2.726.177,49)

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	177.033.510,54	93.476.407,73
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.089.128.581,00	657.027.598,04
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	16,25	14,23
Imobilizado para cálculo do limite	23.939.512,94	12.987.486,93
Índice de imobilização (limite 50%) %	13,52	13,89

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), as despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(243.733,83)	(401.472,88)	(275.313,52)
TOTAL	(243.733,83)	(401.472,88)	(275.313,52)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.





A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN - Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.





Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRISAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das





orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;

b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;

c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;

d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

39. Seguros Contratados - Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

CUIABÁ-MT





JOSE AUGUSTO MANZANO
 INDALECIO:37855360115
 5360115
JOSE AUGUSTO MANZANO INDALECIO

Assinado de forma digital por JOSE AUGUSTO MANZANO INDALECIO:37855360115 Dados: 2024.03.08 14:50:40 -04'00'

DIRETOR EXECUTIVO

MONICA EUFRAZIA DE FARIA CARVALHO ALMEIDA
 ALMEIDA:90428439187
MONICA EUFRAZIA DE FARIA CARVALHO ALMEIDA

Assinado de forma digital por MONICA EUFRAZIA DE FARIA CARVALHO ALMEIDA:90428439187 Dados: 2024.03.08 13:36:47 -04'00'

DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

ELAINE CRISTINA NETO:00594392624
ELAINE CRISTINA NETO

Assinado de forma digital por ELAINE CRISTINA NETO:00594392624 Dados: 2024.03.08 14:06:31 -03'00'

CONTADORA - CRC/MG 082.177-O

CONTADORA - CRC/MG 082.177-O



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2023 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL – SICOOB UNIÃO MT/MS na forma da legislação em vigor e demonstrar como os negócios foram impulsionados ao mesmo tempo que apoiamos o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades onde estamos presentes. Ao longo do ano, mais de 7.173 (sete mil, cento e setenta e três) novos sócios ingressaram na cooperativa que totalizou 39.397 (trinta e nove mil, trezentos e noventa e sete) associados no final do exercício. Também registramos um crescimento de 88,19% (oitenta e oito inteiros e dezenove centésimos por cento) no patrimônio líquido, somando mais de R\$ 181.765.890,66 (cento e oitenta e um milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais e seis centavos). Os depósitos totais atingiram R\$ 760.373.101,06 (setecentos e sessenta milhões, trezentos e setenta e três mil, cento e um reais e seis centavos) um aumento de 26,49% (vinte e seis inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) em relação ao período anterior, o que demonstra a confiança dos associados na cooperativa. Os associados do Sicoob União MT/MS encontram na cooperativa a mesma segurança que os clientes dos bancos comerciais possuem. Através do **Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)**, os cooperados tem os seus depósitos garantidos até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O ativo, que é composto por todos os bens, valores e créditos que formam o patrimônio da cooperativa, cresceu 39,83% (trinta e nove inteiros e oitenta e três centésimos por cento) em comparação à 2022, atingindo o total de R\$ 1.139.231.424,81 (um bilhão, cento e trinta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos).

Considerando as destinações legais e previsões estatutárias o resultado líquido do Sicoob União MT/MS foi de R\$ 2.744.343,90 (dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa centavos), que serão colocados à disposição da Assembleia Geral para rateio entre os associados. Atualmente a cooperativa possui 33 (trinta e três) pontos de atendimento, sendo 19 (dezenove) no Estado de Mato Grosso, 13 (treze) no Estado de Mato Grosso do Sul e 1 (um) digital, que se integram a rede do Sistema Sicoob em todo o Brasil, com mais de 3.000 (três mil) pontos de atendimento. O Sicoob União MT/MS também contribuiu para o desenvolvimento de outros projetos de estímulo ao voluntariado, capacitação e potencialização dos negócios das micro e pequenas empresas, além do apoio a ações de promoção social, educação, esporte, cultura, saúde e inovação tecnológica, realizadas por entidades sem fins lucrativos que estão detalhadas neste relatório.

Através deste relatório queremos demonstrar um crescimento sustentável que se torna cada vez mais o maior objetivo buscado de forma incansável pela liderança da cooperativa, mas também a criação de valor além dos resultados financeiros para as pessoas e para a sociedade. Por fim, agradecemos aos associados pela confiança na cooperativa.





1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Propósito

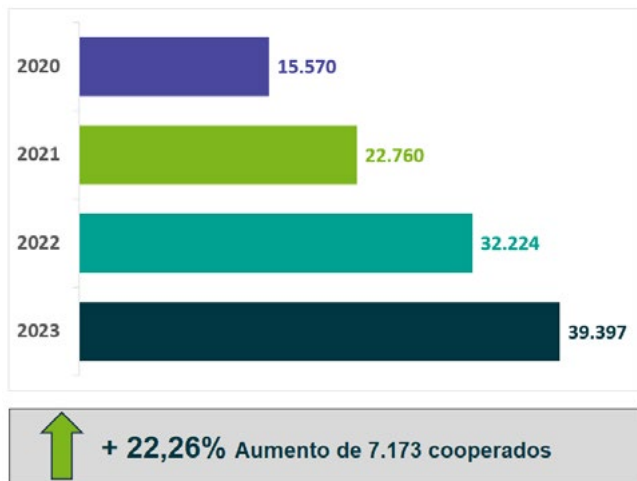
Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Visão

Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

2. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE ASSOCIADOS

No exercício de 2023, o Sicoob União MT/MS registra um crescimento de mais de 7.173 (sete mil, cento e setenta e três) novos sócios que ingressaram na cooperativa e totalizou 39.397 (trinta e nove mil, trezentos e noventa e sete) associados no final do exercício 2023.



3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é formado pelas contas de Capital social, Reservas de Lucros Reserva de Capital conforme composição realizada pelo Sicoob União MT/MS no final do exercício conforme abaixo:



a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	168.174.646,70	86.280.631,00
Associados	39.397	32.224

b) Reserva de Sobras

A reserva de Sobras é formada substancialmente pelo Fundo de Reserva, que é representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50% (cinquenta por cento), utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2023, a Reserva de Sobras totalizava R\$ 10.846.900,06 (dez milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos reais e seis centavos), em 2022 o saldo era R\$ R\$ 8.097.982,82 (oito milhões, noventa e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.





d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2023	2022
Sobra líquida do exercício	5.497.834,48	4.098.499,70
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.497.834,48	4.098.499,70
Destinações estatutárias	(3.298.700,69)	(2.459.099,82)
Reserva legal - 50%	(2.748.917,24)	(2.049.249,85)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(549.783,45)	(409.849,97)
Reversão – Outros Fundos	135.360,14	0,00
Reverão do FATES – exercício 2023	409.849,97	429.601,44
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.744.343,90	2.069.001,32

4. DEPÓSITOS TOTAIS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.



5. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO – FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução/CMN nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05.11.2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular/CMN nº. 3.700, de 06.03.2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

6. ATIVOS TOTAIS

Ativos totais é composto por todos os bens, valores e créditos que formam o patrimônio da cooperativa. O Sicoob União MT/MS registra o valor de R\$ 1.139.231.424,81 (um bilhão, cento e trinta e nove milhões, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos) de ativos totais ao final do exercício.





7. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB UNIÃO MT/MS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,65% (noventa e um inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) nos níveis de "AA" a "C".

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Conselho de Administração. O Conselho visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Rondon e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. CONSELHO FISCAL

Eleito em AGO o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

10. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do Sicoob União MT/MS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Pacto de Ética proposto pela Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2023, a Ouvidoria do Sicoob União MT/MS registrou 180 (cento e oitenta) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela





Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 180 (cento e oitenta) reclamações, 82 (oitenta e duas) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.


Cuiabá/MT, 28 de fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA


PARECER DO CONSELHO FISCAL


Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO NORTE DOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL – SICOOB UNIÃO MT/MS, no uso das atribuições estatutárias, após análise do Relatório da Auditoria Independente, Notas Explicativas, Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado, julgamos que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB UNIÃO MT/MS, sendo favoráveis e recomendando a aprovação das contas do exercício pela Assembleia Geral.

Cuiabá/MT, 4 de março de 2024.


Augusto Cezar D' Arruda
Coordenador do Conselho Fiscal


Antonio Silva Oliveira
Secretário do Conselho Fiscal


Pedro Herculino Sobrinho
Membro Efetivo do Conselho Fiscal


Luiz Paulo Silva de Almeida Lino
Membro Suplente do Conselho Fiscal





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - **Sicoob União MT/MS**

Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Norte dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - **Sicoob União MT/MS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob União MT/MS** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.





Avaiamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 04 de março de 2024.



Rafael Cavalheri Alexandre
Contador CRC DF-018041/O2





AGÊNCIAS SICOOB UNIÃO MT/MS

UNIDADE ADMINISTRATIVA

Rua D, no 91, Residencial Concadoro, Araés
CEP 78005-815, Cuiabá-MT
(65) 3901-7030

UNIDADE COMERCIAL

Rua J, nº 6, Residencial Concadoro, Araés
CEP 78005-810, Cuiabá-MT
(65) 3027-8320

AGÊNCIAS MATO GROSSO

AGÊNCIA DIGITAL

www.sicoob.com.br/web/sicoobuniaomtms/
associacaodigital

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Rua C, S/n, Centro Político - Anexo ao Tribunal
de Justiça de MT
CEP: 78049-926, Cuiabá-MT
(65) 99819-6822 | (65) 99959-1857

SHOPPING POPULAR

Av. Manoel José de Arruda, Anexo ao Shopping Popular,
Dom Aquino
CEP: 78015-000, Cuiabá-MT
(65) 3645-3300

FEDERAL (AV. DO CPA)

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1047, Araés
CEP: 78005-725, Cuiabá-MT
(65) 3318 3100

IFMT

Av. Marechal Deodoro, 1419, Centro Norte,
CEP: 78005-100, Cuiabá - MT
(65) 99683-8682

CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Fernando Corrêa da Costa, 3414, Jardim Shangri-Lá
CEP: 78070-200, Cuiabá, MT
(65) 3618-3800

NOVA MUTUM/MT

Av. Mutum, 181, Centro
CEP: 78450-000, Nova Mutum-MT
(65) 3371-1100

MAMOEIROS

Rua dos Mamoeiros, 623W, Quadra 44, bairro Edelmina
Querubim Marchetti
CEP: 78450-000, Nova Mutum-MT
(65) 3318-3135

UFMT

Av. Fernando Corrêa da Costa, 3414, Jardim Shangri-Lá
CEP: 78070-200, Cuiabá - MT
(65) 3618-3800

ARAPUTANGA

Av. Castelo Branco, 420, Centro
CEP: 78260-000, Araputanga - MT
(65) 3261-5400

SANTA RITA DO TRIVELATO

Rua Arará, 2034, Centro
CEP: 78453-000, Santa Rita do Trivelato - MT
(65) 3529-6427

SALTO DO CÉU

Avenida Pedro Pedrossian, N° 12, QD, 24
CEP: 78270-000, Salto do Céu - MT
(65) 99994-1172

PALMEIRAS

Avenida Minas Gerais, 1269, Jardim das Palmeiras
CEP: 78360-000, Campo Novo do Parecis -MT
(65) 9 9647-4534

SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

Avenida Siegfried Buss, 963, Centro
CEP: 78435-000, São José do Rio Claro -MT
(65) 9 9298-1119

INDIAVAÍ

Av. Jaime Veríssimo de Campos, N° 749, Centro.
CEP 78295-000, Indavaí-MS
(65) 9 9601-2378

CHAPÉU DO SOL

Av. Tiradentes, 05, Petrópolis
CEP 78144-366, Várzea Grande-MT
(65) 9 9227- 5407 / 9 9626-0622

CUIABÁ - AV DAS TORRES

Av das Torres 15, Recanto dos Pássaros
CEP: 78075-290, Cuiabá-MT

JAURU

Av. Padre Nazareno Lanciotti, 400 - Bairro centro
CEP: 78255-000, Jauru - MT

RIO BRANCO

Av. Pedro Inocêncio de Araújo, 283, Centro
CEP 78275-000, Rio Branco -MT

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

Rua Espiritos Santos, 260, Centro
CEP 78290-000, Figueirópolis D'Oeste - MT

AGÊNCIAS MATO GROSSO DO SUL

VIA PARK

Rua Caliandra, 357, Vivendas do Bosque
CEP 79021-160, Campo Grande – MS
(67) 3047-0101

BANDEIRANTES

Avenida Bandeirantes, 3953, Bairro Guanandy
CEP 79.006-959, Campo Grande - MS
(67) 9 99009139

SIDROLÂNDIA

Av. Dorvalino dos Santos, 510, Centro
CEP 79170-000, Sidrolândia – MS
(67)3272-7750

CHAPADÃO DO SUL

Av. 6, nº 651, Centro
CEP 79560-000, Chapadão do Sul – MS
(67) 9 9929-2435/ 9 9833-0980

COSTA RICA

Av. José Ferreira da Costa, 914 A, Centro
CEP 79550-000, Costa Rica - MS
(67) 9 8147-0607

FIGUEIRÃO

Av. Moisés de Araújo Galvão,936, Centro
CEP 79428-000, Figueirão -MS

PARANAÍBA

Rua Coronel Carlos, 1786, Centro
CEP 79500-000, Paranaíba - MS
(67) 9 8156-9012

CASSILÂNDIA

Rua Antônio Paulino, nº 474, Centro
CEP 79540-000, Cassilândia - MS
(67) 9 8141 7503 / (67) 98170 0050

INOCÊNCIA

Rua Jaime David, nº 881, Centro
CEP 79580-000, Inocência - MS
(67) 9 9665-4580

ALCINÓPOLIS

Av. Adolfo Alves Carneiro, 1222, Centro
CEP 79530-000, Alcinópolis-MS

PARAÍSO DAS ÁGUAS

Rua Epapminondas Nogueira de Camargo, 139,
Loteamento Patrimônio Paraíso
CEP 79556-000, Paraíso das Águas-MS



+++++

EXPEDIENTE

Relatório Anual 2023

Este informativo é uma publicação da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do
Centro Norte dos Estados de Mato Grosso e
Mato Grosso do Sul - **Sicoob União MT/MS**

Coordenação:

Simone de Oliveira Bergamann

Analista:

Yule de Campos Weimer Marques

Produção

Pau e Prosa Comunicação

Jornalista responsável: **Patrícia Sampaio**

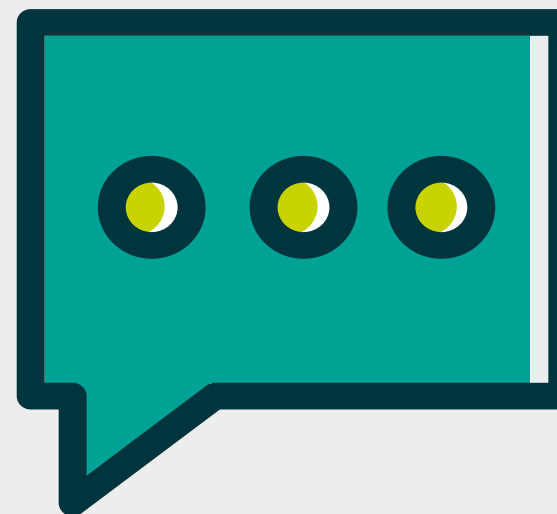
Edição: **Patrícia Sampaio**

Textos: **Luiz Fernando Vieira / Patrícia Sampaio / Giovanna Baiocco**

Diagramação e Arte: **Evel Carneiro Nogueira**

Fotos: **Acervo Sicoob União MT MS**

(65) 3664 3300 / contato@paueproza.com.br



Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111
Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento

sicoob.com.br



[SicoobUniaoOficial](https://www.facebook.com/SicoobUniaoOficial)



[@sicoobuniaomtms](https://www.instagram.com/@sicoobuniaomtms)



[SicoobUniaoMTMS](https://www.youtube.com/SicoobUniaoMTMS)



(65) 3027-8320

www.sicoob.com.br/web/sicoobuniaomtms